


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara &lt;&lt; Informação indisponível &gt;&gt; - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013725-97.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Aparecido José Fagion**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

**Vistos.**

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos tutela, proposta por **Aparecido José Fagion**, contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo** sob o fundamento de que foi acometido por Neoplasia Maligna no cérebro, razão pela qual lhe foi indicada a Radioterapia, com o medicamento TEMOZOLAMIDA (TEMODAL) 400 mg, um comprimido por dia, por cinco dias seguidos, tratamento que deverá ser repetido em 21 dias, por mais 6 ciclos, conforme prescrição médica trazida com a inicial (fl. 18). Aduz que referido medicamento não é padronizado para dispensação pelo SUS, sendo certo que não possui recursos financeiros para arcar com o custo do tratamento indicado. Requer, então, em sede de antecipação de tutela, o fornecimento pelo Ente Público Estadual da medicação prescrita, na quantidade necessária à realização da terapia que lhe foi indicada.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/37.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 38/39).

A Fazenda Estadual apresentou contestação, argumentando que o fármaco pretendido não é padronizado pelo SUS para distribuição aos pacientes acometidos pela moléstia que aflige o autor, contudo oferece o Poder Público medicação alternativa de igual eficácia terapêutica; que, devido aos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, não visa o ente público somente promover o acesso a qualquer medicamento, mas também promover o seu uso racional. Requereu a improcedência da ação.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara &lt;&lt; Informação indisponível &gt;&gt; - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Houve réplica (fls. 58/65)

Pela petição de fls. 68/69, informou a parte autora que a Fazenda requerida não se manifestou sobre o cumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela.

**É o relatório.**
**Fundamento e decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O pedido merece acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa dos documentos trazidos auso autos.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara &lt;&lt; Informação indisponível &gt;&gt; - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, mas que seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que é idoso e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impôs nenhuma condicionante ao reconhecimento do seu direito, além da idade.

Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual o medicamento apropriado para o tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha o paciente. E o atestado médico juntado aos autos deixa claro que o fármaco pleiteado é necessário ao tratamento da parte autora.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, devendo a parte autora apresentar relatórios semestrais, a fim de demonstrar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como receitas médicas, sempre que solicitadas.

Em razão da sucumbência, considerando o disposto no § 2º do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, bem como o fato de não se tratar de causa de grande complexidade, pois envolve fornecimento de itens relacionados a saúde, cuja tramitação processual é célere, condeno a requerida a arcar com os honorários advocatícios, fixados,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara &lt;&lt; Informação indisponível &gt;&gt; - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isenta de custas na forma da lei.

A decisão que antecipou os efeitos da tutela concedeu o prazo de trinta dias para que a FESP procedesse à entrega do medicamento ao autor (fl.38). A FESP foi intimada no dia 12/01/2018, assim, aguarde-se o decurso do prazo, que ocorrerá no dia 12/02/2018. Na hipótese de descumprimento pela requerida, deverá o requerente formular pedido de cumprimento provisório de sentença, formando-se os autos de processo dependente.

**P. I.**

São Carlos, 01 de fevereiro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA